

DIGNIDADE MENSTRUAL NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS: ESTUDO DE CAMPO SOBRE HISTÓRIA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM ESCOLA QUILOMBOLA DE CODÓ/MARANHÃO

Shirlen Antonia Sousa da Silva¹

Rodrigo de Sousa Silva²

Ana Paula dos Santos Reinaldo Verde³

RESUMO

Este estudo apresenta os resultados do desenvolvimento pedagógico do componente curricular História e Políticas Educacionais do Curso de Ciências Naturais/Biologia, conduzido por docente e discentes do Campus de Codó/UFMA. A prática pedagógica foi realizada em uma escola pública localizada em uma comunidade quilombola, com o objetivo de contribuir com uma aula sobre "Corpo humano e saúde", direcionada ao processo menstrual de meninas e ao Programa Dignidade Menstrual. De natureza qualitativa e caracterizada como pesquisa-ação, a investigação utilizou como instrumentos de trabalho um questionário estruturado, entrevistas e observação dos participantes. Os sujeitos da pesquisa foram dois docentes da área de Ciências da Natureza. O estudo buscou compreender o conhecimento e as percepções dos estudantes acerca do processo menstrual, além de identificar desafios e potencialidades relacionados à implementação do Programa Dignidade Menstrual no contexto escolar. Os resultados indicam que os estudantes ainda possuem muitas dúvidas sobre o processo de menstruação, revelando a persistência de tabus e a insuficiência de discussões abertas sobre o tema no ambiente escolar. Além disso, constatou-se a dificuldade de acesso a absorventes devido à falta de recursos financeiros das famílias e à ausência de materiais de consumo no cotidiano escolar, consequência de lacunas no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o que compromete o andamento das atividades pedagógicas e a promoção da dignidade menstrual. Diante desses desafios, ressalta-se a importância de políticas públicas efetivas e de práticas pedagógicas inclusivas que promovam a educação menstrual e garantam condições dignas para o bem-estar das estudantes. O estudo reafirma a necessidade de fortalecer o Programa Dignidade Menstrual, integrando ações educativas e apoio material, visando combater o preconceito e assegurar o direito à saúde e à educação de qualidade para todas as alunas.

Palavras-chave: Educação menstrual, programas educacionais, práticas pedagógicas, pesquisa-ação.

INTRODUÇÃO

A realização de práticas pedagógicas em territórios do campo, indígenas e quilombolas exige um olhar atento para as especificidades históricas, sociais e culturais que constituem esses espaços educativos. Arroyo (2012), destaca que as escolas do campo e quilombolas carregam consigo a marca das lutas sociais e a potência de ressignificar o papel da educação na vida coletiva. Nesse sentido, é fundamental que o currículo e as



práticas docentes sejam capazes de dialogar com os modos de viver e resistir dessas comunidades.

Caldart (2004), ao refletir sobre a escola do campo em movimento, aponta que a educação precisa estar vinculada às experiências concretas dos sujeitos, rompendo com modelos engessados que desconsideram as práticas sociais locais. Assim, a escola torna-se espaço de articulação entre conhecimento científico e saberes populares, contribuindo para o fortalecimento das identidades e para a emancipação social.

Na mesma direção, Leite (2002), enfatiza que a educação em comunidades quilombolas deve reconhecer a diversidade cultural, promovendo a valorização das práticas comunitárias e o direito à diferença. Isso implica pensar metodologias pedagógicas que considerem o corpo, a saúde e o bem-estar como dimensões que extrapolam os manuais didáticos, dialogando com as práticas tradicionais de cuidado e com a realidade vivida pelas famílias.

Dessa forma, a experiência pedagógica aqui apresentada, realizada em uma escola pública localizada em comunidade quilombola, buscou contribuir com uma aula sobre “Corpo humano e saúde” de modo integrado, reconhecendo a escola como espaço de produção de conhecimentos e de fortalecimento da identidade coletiva. Nessa perspectiva, a menstruação surge como um tema central para pensar saúde, corpo e dignidade no ambiente escolar.

Contudo, verificou-se, a dificuldade de acesso a absorventes devido à falta de recursos financeiros das famílias e à ausência de materiais de consumo no cotidiano escolar. Essa situação é agravada pelas lacunas no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), comprometendo não apenas o andamento das atividades pedagógicas, mas também a promoção da dignidade menstrual.

O estudo buscou compreender o conhecimento e as percepções dos estudantes acerca do processo menstrual, bem como identificar os desafios e as potencialidades relacionados à implementação do Programa Dignidade Menstrual no contexto escolar. Além disso, constatou-se a dificuldade de acesso a absorventes, decorrente tanto da falta de recursos financeiros das famílias quanto da ausência de materiais de consumo no cotidiano escolar.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo apresentar os resultados do desenvolvimento pedagógico do componente curricular História e Políticas Educacionais



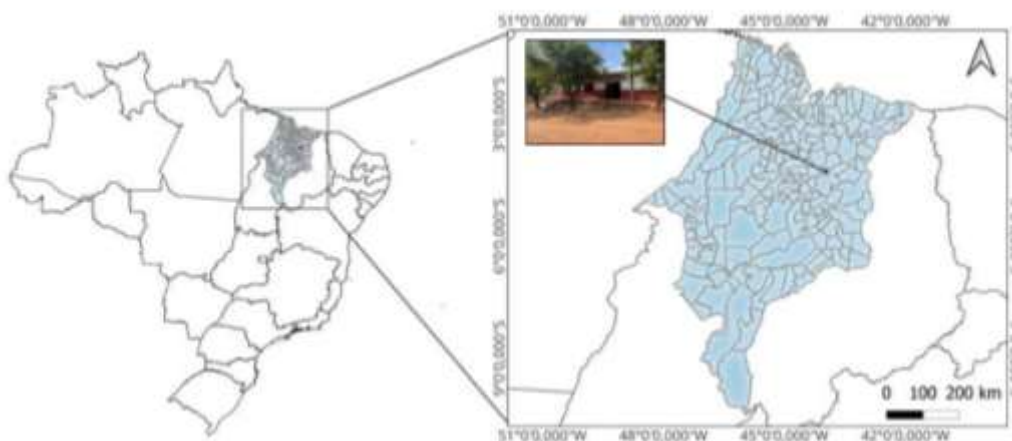
do Curso de Ciências Naturais/Biologia, realizado no Campus de Codó/UFMA. Buscando não apenas intervir na realidade escolar, mas também produzir reflexões críticas acerca das condições de ensino e aprendizagem, com ênfase nas questões de corpo, saúde e dignidade menstrual.

METODOLOGIA

O município de Codó, situado na região Leste Maranhense, a aproximadamente 292 quilômetros da capital São Luís, apresenta uma população estimada em 114.275 habitantes (IBGE, 2022). O clima é tropical quente e úmido, com estação chuvosa no verão e outono e período seco no inverno e início da primavera, características que influenciam diretamente o modo de vida, a agricultura e as condições socioambientais da região.

Essas condições geográficas e sociais do município são especialmente relevantes para a compreensão do contexto escolar em comunidades quilombolas, pois a educação nessas localidades deve considerar não apenas a diversidade cultural e histórica, mas também os desafios estruturais e materiais enfrentados pelos estudantes. Nesse sentido, questões como o acesso a produtos de higiene menstrual, a frequência escolar e a implementação de políticas públicas, como o PDDE e o Programa Dignidade Menstrual, são impactadas pelo contexto socioeconômico local.

Figura 1: Localização da Escola Municipal Sebastiana Moreira de Queiroz na comunidade quilombola Santa Maria dos Moreira, município de Codó, Maranhão, Brasil.



Fonte: Autores, 2025.

A Escola Municipal Sebastiana Moreira de Queiroz é uma unidade polo do



povoado Santa Maria dos Moreira, que atualmente possui 141 alunos matriculados, distribuídos em 7 turmas, incluindo classes multisseriadas, nos turnos diurno e noturno, a instituição conta com 12 professores de diversas áreas de ensino (INEP, 2025). Mesmo com limitações estruturais, a escola se destaca por oferecer desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos (EJA), cumprindo um papel essencial na promoção do ensino na zona rural.

De natureza qualitativa é caracterizada como pesquisa-ação, a investigação utilizou como instrumentos de trabalho um questionário estruturado, palestras e observação dos participantes. Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram a gestora da escola e uma docente da área de Ciências Naturais, ambas aceitaram participar da entrevista de livre e espontânea vontade o que foi possível a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Conforme Minayo (2009), o TCLE é válido e suficiente, desde que assegure a compreensão plena dos sujeitos sobre a pesquisa, sua voluntariedade e a possibilidade de desistência a qualquer momento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a intervenção, observou-se que os estudantes participaram de forma tímida, manifestando pouco interesse em discutir abertamente o tema. Muitos demonstraram maior engajamento em atividades realizadas por meio de aplicativos e recursos digitais em seus celulares, evidenciando a necessidade de estratégias pedagógicas que dialoguem com seus interesses tecnológicos e cotidianos.

Os docentes presentes, bem como servidores operacionais da escola, desempenharam papel fundamental na mediação da prática, incentivando a participação dos estudantes e apoiando as atividades propostas. Essa situação reforça a importância de práticas pedagógicas contextualizadas, participativas e sensíveis à realidade local, alinhadas à pesquisa-ação, permitindo que intervenções em saúde e educação, como a promoção da dignidade menstrual, sejam efetivas e significativas para as estudantes quilombolas.

As entrevistas com as docentes e gestora da escola quilombola de Codó evidenciam aspectos importantes sobre formação, infraestrutura e práticas pedagógicas. Uma docente é licenciada em Letras (Português e Literatura) e a outra em Matemática, a gestora é pedagoga especialista em gestão escolar, isso demonstra a diversidade de



formação e a necessidade de estratégias interdisciplinares adaptadas à realidade da comunidade.

Ambas relataram a ausência de um Projeto Político-Pedagógico efetivamente implementado, revelando lacunas no planejamento escolar. O fornecimento de livros didáticos também apresenta limitações: enquanto uma docente afirma que o material atende a todos os alunos, a outra relata períodos sem livros, evidenciando falhas operacionais do PDDE que impactam diretamente a aprendizagem.

Apesar do conhecimento da Lei nº 10.639/2003, nenhuma docente havia realizado pesquisas ou projetos com os estudantes, indicando que o conhecimento legal ainda não se traduz em ações pedagógicas concretas. As dificuldades didáticas mencionadas incluem infraestrutura precária, desmotivação estudantil, fatores socioeconômicos e conflitos internos na instituição, demonstrando como desafios estruturais e institucionais afetam o cotidiano escolar.

Em relação à entrevista com a gestora da escola, ela informou que a equipe escolar já havia começado a desenvolver o Projeto Político-Pedagógico (PPP). Em virtude dos obstáculos enfrentados durante a elaboração do documento, juntamente com a falta de apoio técnico e institucional da Secretaria Municipal de Educação, a continuidade do trabalho acabou se tornando inviável.

Esses resultados reforçam a necessidade de práticas educativas críticas, contextualizadas e participativas, alinhadas à educação quilombola. Programas como o PDDE e o Programa Dignidade Menstrual devem ir além do repasse de recursos, promovendo formação docente contínua e condições materiais adequadas, garantindo que estudantes tenham acesso à aprendizagem, à saúde e à dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática pedagógica desenvolvida em parceria entre docentes e discentes do Campus de Codó/UFMA revelou que o engajamento dos estudantes depende de estratégias que articulem relevância do tema, recursos digitais e participação ativa, evidenciando a importância de metodologias contextualizadas e sensíveis à realidade local. A intervenção também destacou o papel dos docentes e servidores escolares como mediadores fundamentais para estimular a participação, garantir informações corretas e promover ambientes inclusivos.



Diante desses desafios, reafirma-se a necessidade de fortalecer políticas públicas, como o Programa Dignidade Menstrual, integrando ações educativas e apoio material, de forma a combater preconceitos e assegurar direitos à saúde, à educação e à dignidade para todas as estudantes. A pesquisa-ação mostrou-se essencial para articular teoria e prática, permitindo intervenções pedagógicas que respeitem a cultura, a identidade e os direitos das alunas quilombolas, enfrentando estigmas e promovendo emancipação.

Em síntese, os resultados apontam que investir em educação menstrual, formação docente contínua e políticas públicas integradas é essencial para superar barreiras estruturais, sociais e culturais, garantindo que a escola atue como espaço de promoção da saúde, da equidade e da cidadania

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **A escola do campo em movimento: currículo sem fronteiras**. Campinas: Autores Associados, 2004.

ASSAD, E. **Educação menstrual e impactos na frequência escolar**. Brasília: ONU, 2021.

BAHIA, L. **Saúde e adolescência: aspectos fisiológicos e pedagógicos do ciclo menstrual**. Salvador: EDUFBA, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Sexual – Temas Transversais**. Brasília: MEC, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Codó (MA) **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/codo/panorama>. Acesso em: 23 de agot. 2025.

MAGAN, J. et al. **Tabus menstruais e saúde mental: um estudo sobre jovens**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022.

NERY, T. **Silêncio e estigma: construções sociais em torno da menstruação**. Recife: UFPE, 2025.

REYES, M.; DA SILVA, F.; JUNG, C. **Puberdade e adolescência: aspectos biológicos e sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2023.

TEIXEIRA, L. et al. **Impactos da falta de saneamento e higiene menstrual na educação**. Belo Horizonte: UFMG, 2023.

